

12º Encontro da ABCP

18 a 21 de agosto de 2020

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB)

Área Temática: Eleições e representação política

IDEOLOGIAS PARTIDÁRIAS E GASTOS PÚBLICOS NOS ESTADOS BRASILEIROS

Fernando Scheeffler

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Dinorá Baldo de Faveri

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Jules Kout Tene

Universidade Regional de Blumenau (FURB)

Resumo

O presente estudo busca verificar em que medida a vinculação a partidos em diferentes localizações no espectro ideológico explica os gastos públicos nos estados brasileiros (2012-2017). Os dados foram coletados usando-se as bases de dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Foram escolhidas algumas funções de despesas que, a princípio, denotariam divergências ideológicas entre os partidos de esquerda e direita e conseqüentemente gastos públicos diferenciados, a saber: segurança pública, assistência social, saúde, educação, urbanismo e gestão ambiental. Com o banco de dados pronto foi feito o teste Qui-quadrado para verificar se há associação entre as ideologias e os gastos. Posteriormente foi aplicado o teste U de Mann-Whitney para comparar os gastos medianos dos dois mandatos (2012-2014 e 2015-2017). Por último, foram utilizados dados em painel. Diferente do esperado não se constatou uma relação consistente entre ideologia e gastos públicos.

Palavras-chave: ideologias partidárias; gastos públicos; comportamento político.

Abstract

This study seeks to verify to what extent the link to parties in different locations in the ideological spectrum explains public spending in Brazilian states (2012-2017). Data were collected using the National Treasury Secretariat (STN) databases. Some expenditure functions were chosen which, at first, would denote ideological divergences between the left and right parties and consequently different public spending, namely: public security, social assistance, health, education, urbanism and environmental management. With the database ready, the Chi-square test was performed to check if there is an association between ideologies and spending. Subsequently, the Mann-Whitney U test was applied to compare the median spending for the two terms (2012-2014 and 2015-2017). Finally, panel data was used. Contrary to expectations, there was no consistent relationship between ideology and public spending.

Key words: party ideologies; public spending; political behavior.

INTRODUÇÃO

Apesar de rotineiramente renegada, a terminologia esquerda e direita continua a fazer parte do discurso político, sobretudo em tempos recentes. Como aponta Heywood (2010), não há consenso sobre o impacto da ideologia em tempos atuais. Se por um lado a ideologia poderia servir prioritariamente como uma espécie de anúncio publicitário com o intuito de seduzir o eleitor, em sua essência reflete uma “visão de mundo” que serviria como alicerce para a ação política.

Do ponto de vista teórico, genericamente é possível afirmar que os partidos de esquerda deveriam buscar efetivar o *welfare state*, um Estado interventor que tem nas políticas públicas um elemento-chave para amenizar a desigualdade de oportunidades. A direita, por sua vez, é defensora de um “Estado mínimo”, a fim de não afetar as liberdades individuais. Vale destacar ainda a existência de “novos” temas que demonstram a complexidade de um tempo em que as divergências e os antagonismos vão além do mundo material, bem como da concepção do “melhor” modelo de Estado.

Frente a essas pseudo-diferenças, faz sentido analisar em que grau essas distinções teórico-ideológicas condizem com a realidade, isto é, com o comportamento dos atores políticos nas mais diversas esferas. Se em se tratando de temas clássicos relacionados ao papel e à função do Estado haveria divergências teóricas entre esquerda e direita, cabendo à direita a defesa de um Estado mínimo e à esquerda a ampliação dos serviços estatais, o que se pretende é testar esta hipótese a partir das perguntas: partidos de esquerda e direita divergem na gestão dos governos estaduais? Partidos de esquerda “gastam” mais e de direita menos como esperado do ponto de vista político-ideológico?

Diante desse contexto, o presente estudo se propôs a verificar em que medida a vinculação a partidos em diferentes localizações no espectro ideológico explica os gastos públicos nos estados brasileiros (2012-2017). A influência da ideologia partidária no comportamento político, mais especificamente, a interferência nos gastos públicos nos governos subnacionais, é algo pouco estudado e os poucos estudos se demonstram empiricamente controversos (ALT; LOWRY, 1994; SEITZ, 2000; ARVATE; AVELINO; LUCINDA, 2008; PUCHALE et al., 2020). A escassez de trabalhos, bem como as várias divergências em relação à essa temática, deixa claro ser este um campo promissor de estudo.

Para dar conta do objetivo proposto o artigo em questão conta com uma seção onde serão expostos os procedimentos metodológicos, um referencial teórico composto por duas breves seções: estudos anteriores e uma discussão a respeito das distinções clássicas entre esquerda e direita, seguida da discussão dos resultados e considerações finais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A amostra do estudo em questão é formada pelos 26 estados e Distrito Federal, que disponibilizaram suas demonstrações contábeis e fiscais nas bases de dados oficiais da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no período de 2012-2017, incorporando dois mandados (2012-2014 e 2015-2017), de onde foram coletados os dados para o desenvolvimento deste estudo. Sendo assim, para os anos de 2012 até 2014 usou-se do Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação (SISTN) e para os anos de 2015 até 2017, com a descontinuação do SISTN, usou-se do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). Foram escolhidas algumas funções de despesas que, a princípio, denotariam divergências ideológicas entre os partidos de esquerda e direita e, conseqüentemente, gastos públicos diferenciados, a saber: segurança pública, assistência social, saúde, educação, urbanismo e gestão ambiental. Segue abaixo um quadro com as funções analisadas e as respectivas subfunções.

Quadro 1 – Funções analisadas e subfunções correspondentes

Segurança pública	Assistência social	Saúde	Educação	Urbanismo	Gestão ambiental
Policiamento	Assistência ao Idoso	Atenção Básica	Ensino Fundamental	Infra-Estrutura Urbana	Preservação e Conservação Ambiental
Defesa Civil	Assistência ao Portador de Deficiência	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Ensino Médio	Serviços Urbanos	Controle Ambiental
Informação e Inteligência	Assistência à Criança e ao Adolescente	Suporte Profilático e Terapêutico	Ensino Profissional	Transportes Coletivos Urbanos	Recuperação de Áreas Degradadas
Administração Geral	Assistência Comunitária	Vigilância Sanitária	Ensino Superior	Administração Geral	Recursos Hídricos
Demais Subfunções	Administração Geral	Vigilância Epidemiológica	Educação Infantil	Demais Subfunções	Meteorologia
	Demais Subfunções	Alimentação e Nutrição	Educação de Jovens e Adultos		Administração Geral
		Administração Geral	Educação Especial		Demais Subfunções
		Demais Subfunções	Educação Básica		
			Administração Geral		
			Demais Subfunções		

Fonte: elaborado pelos autores.

Em relação à classificação dos partidos, eles foram agrupados em categorias levando em consideração, na sequência, o partido do governador e do vice-governador. Trata-se de uma estratégia para levar em consideração a composição do governo. Dessa forma, os governos foram classificados em esquerda-esquerda (E), esquerda-direita (ED), direita-direita (D) e direita-esquerda (DE). A categoria centro foi eliminada, levando-se em consideração o que é constatado por Scheffer (2018). Os tradicionais partidos classificados como centro pela Ciência Política, MDB e PSDB, se comportam como partidos de direita, não havendo, por isso, sentido em continuar os colocando nessa posição. Com exceção dos partidos considerados tradicionalmente como centro, no mais os partidos brasileiros têm sido classificados sem muitas controvérsias (TAROUCO; MADEIRA, 2013; 2015). Na sequência consta o enquadramento realizado.

Quadro 1 – Enquadramento realizado

Estado	2012-2014			2015-2017		
	Gov.	Vice-gov.	Enq.	Gov.	Vice-gov.	Enq.
Acre	PT	PP	E-D	PT	PT	E
Alagoas	PSDB	DEM	D	PMDB	PMDB	D
Amapá	PSB	PT	E	PDT	PP	E-D
Amazonas	PMN	PMDB	E-D	PROS	SD	D
Bahia	PT	PP	E-D	PT	PP	E-D
Ceará	PSB	PMDB	E-D	PT	PROS	E-D
Distrito Federal	PT	PMDB	E-D	PSB	PSD	E-D
Espírito Santo	PSB	PT	E	PMDB	PSDB	D
Goiás	PSDB	DEM	D	PSDB	PP	D
Maranhão	PMDB	PT	D-E	PCdoB	PSDB	E-D
Mato Grosso	PMDB	PT	D-E	PDT	PP	E-D
Mato Grosso do Sul	PMDB	PMDB	D	PSDB	PSDB	D
Minas Gerais	PSDB	PP	D	PT	PMDB	E-D
Pará	PSDB	PPS	D-E	PSDB	PSC	D
Paraíba	PSB	PSDB	E-D	PSB	PDT	E
Paraná	PSDB	PSDB	D	PSDB	PROS	D
Pernambuco	PSB	PDT	E	PSB	PMDB	E-D
Piauí	PSB	PMDB	E-D	PT	PP	E-D
Rio de Janeiro	PMDB	PMDB	D	PMDB	PP	D
Rio Grande do Norte	DEM	PMN	D-E	PSD	PCdoB	D-E
Rio Grande do Sul	PT	PSB	E	PMDB	PSD	D
Rondônia	PMDB	PDT	D-E	PMDB	PSB	D-E
Roraima	PSDB	DEM	D	PP	DEM	D
Santa Catarina	DEM	PMDB	D	PSD	PMDB	D
São Paulo	PSDB	DEM	D	PSDB	PSB	D-E
Sergipe	PT	PMDB	E-D	PMDB	PSB	D-E
Tocantins	PSDB	DEM	D	PMDB	PV	D-E

Fonte: elaborado pelos autores.

Com o banco de dados pronto, foi feito o teste Qui-quadrado para verificar se há associação entre as ideologias e os gastos. Trata-se de um teste não paramétrico que compara as frequências esperadas com as frequências observadas. Recorre-se a este teste quando se pretende analisar a associação entre uma variável nominal e outra variável nominal

ou ordinal. Em virtude de os dados não apresentarem uma distribuição normal, optou-se por aplicar o teste U de Mann-Whitney para testar se os gastos medianos no período de 2012-2014 são diferentes dos gastos medianos no período 2015-2017. Seu objetivo é verificar se duas amostras não pareadas (ou independentes) são extraídas da mesma população. A hipótese nula é de que a mediana das duas populações seja igual. Por último, foram utilizados dados em painel, um modelo longitudinal de regressão que tem como objetivo avaliar mudanças ao longo de um período determinado. Foram aqui inseridas outras variáveis: expectativa de vida, mortalidade infantil, taxa de analfabetismo, desigualdade, renda, taxa de desemprego e taxa de homicídio. Os modelos longitudinais de regressões em dados em painel são úteis para avaliar as mudanças no comportamento dos elementos da amostra ao longo de um período de tempo. A vantagem principal da utilização desses modelos é a possibilidade de estudar as diferenças existentes em determinado fenômeno entre indivíduos em cada *cross-section* – períodos (FÁVERO, BELFIORE, 2017).

ESQUERDA, DIREITA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Com origem na Revolução Francesa de 1789 o significado da terminologia esquerda e direita precisa ser revisitado. O defensor mais conhecido da crença de que é necessário atualizar o significado da terminologia é Norberto Bobbio (1995). Segundo ele a distinção ainda ocorre, no entanto em outro plano. Ele utiliza-se dos conceitos de igualdade (que para a esquerda deve ser priorizada), em detrimento da liberdade (que para a direita deve ser conservada, mantendo-se as desigualdades entre os homens, tidas como naturais). Igualdade e liberdade são, então, as distinções fundamentais hoje. O igualitário parte da convicção de que a maior parte das desigualdades são sociais e, enquanto tais, elimináveis; o inigualitário, ao contrário, parte da convicção oposta, de que as desigualdades são naturais e, por isso, inelimináveis. “A antítese não poderia ser mais radical: em nome da igualdade natural, o igualitário condena a desigualdade social; em nome da desigualdade natural, o inigualitário condena a igualdade social” (BOBBIO, 1995, p. 122).

Com o fim da União Soviética e a queda do "Muro de Berlim" a esquerda teve retiradas as bases materiais mais fortes que sustentavam o movimento comunista mundial. A clássica esquerda entrou em forte crise teórica e acabou precisando se reinventar. Para Sader (2009) a esquerda oscila entre projetos de ruptura e reformistas. A concepção marxista perde espaço e no seu lugar acaba por emergir a concepção social-democrata pautada na premissa central de que é possível “domesticar” ou “humanizar” o capitalismo. Nesse sentido é notório que atualmente a dimensão “mais” ou “menos” Estado passa a balizar grande parte do debate

político e, por isso, estratégias do tipo socialdemocratas e neoliberais acabam por dar conta, em boa medida, dos principais projetos políticos defendidos em tempos atuais.

Para Giddens (2000), a socialdemocracia vê o mercado como gerador de efeitos perversos, algo que os próprios socialistas já haviam diagnosticado. No entanto, a socialdemocracia acredita ser possível amenizá-los ou até extingui-los, por meio da intervenção do Estado no mercado. Desta forma uma forte presença do governo na economia e nos demais setores da sociedade seria algo plausível e desejável. Benefícios estatais são essenciais para o auxílio aos que não conseguiriam, por si só, defender-se. “Como Marx, Keynes, encarava o capitalismo como dotado de qualidades irracionais, mas acreditava que seria possível controlá-las para salvar o capitalismo de si mesmo” (GIDDENS, 2000, p. 19).

Com origem na saída para a crise de 1929, mesmo os modelos socialdemocráticos variando substancialmente, pode-se afirmar que se trata de uma filosofia política que busca implementar o Estado de bem-estar social, o *welfare state*¹, Estado que garante tipos mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação, educação, assegurados a todo cidadão, não como caridade, mas como direito político (SETEMBRINI, 1997).

A roupagem da “nova direita” passa por sua vez pelo neoliberalismo. Segundo Anderson (1995) é um fenômeno distinto do liberalismo clássico. Nasce logo depois da Segunda Guerra Mundial e consiste em uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. O texto de origem é “O caminho da servidão”, de Friedrich Hayek, escrito em 1944. Argumentava que o chamado por ele de coletivismo, tentativa de impor um igualitarismo, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, fatores imprescindíveis para a prosperidade de todos. Hayek (1977, p. 35) sustenta que uma política de liberdade para o indivíduo é a única política que, de fato, conduz ao progresso.

Segundo Hofling (2001), as políticas públicas estatais e a intervenção do Estado seria uma ameaça aos interesses e liberdades individuais, inibindo a livre iniciativa, a concorrência privada, e podendo bloquear os mecanismos que o próprio mercado é capaz de gerar, com vistas a restabelecer esse equilíbrio. Para Oliveira (2003), na medida em que o mercado é considerado o canal mais adequado para a alocação de recursos, o Estado pode reduzir seu tamanho, funções e competências. Advoga-se, desse modo, a redução de seu papel no campo das políticas de bem-estar social, pois estas constituiriam uma ameaça às liberdades individuais, inibiriam a concorrência privada e ampliariam inadequadamente os controles da burocracia. Para Moraes (2002), as narrativas neoliberais pretenderam, e em certa medida

¹ Giddens (2000) ressalta dois grandes objetivos do *welfare state*: criar uma sociedade mais igual e garantir um sistema robusto de proteção social. Em última instância se dispõe a garantir de forma plena a efetivação dos direitos sociais.

conseguiram, oferecer explicação palatável para os problemas derivados das políticas sociais ou do Estado de Bem-Estar Social. Três argumentos são centrais:

- os custos crescentes (e tendencialmente insuportáveis) das políticas sociais e seu impacto sobre os fundos públicos (inflação, endividamento);
- os efeitos deletérios dessas políticas sobre valores, comportamento de indivíduos, grupos sociais e empresas;
- os resultados desastrosos, sobre o processo decisório e sobre as instituições democráticas, da maquinaria política exigida pela implementação desses programas (MORAES, 2002, p. 2).

Para Giddens (2000), a direita e a esquerda representam forças distintas e divergentes quanto ao futuro do *welfare state*. Os socialdemocratas defendem um estado interventor e conseqüentemente com dispêndio elevado, ao passo que os neoliberais defendem um Estado mínimo a partir da crença de um mercado autorregulado. Essa parece ser a discrepância e a disputa fundamental entre a "nova esquerda" e o "novo liberalismo".

Bittencourt (2002) destaca que inúmeros estudos encontraram relações entre ideologia partidária dos governantes e o tratamento de variáveis macroeconômicas, sobretudo em países que possuem partidos com clara definição ideológica. A teoria dos ciclos político-econômicos explicaria porque os governantes ligados a partidos de esquerda possuem maior propensão ao intervencionismo estatal e ampliação dos gastos sociais. Partidos de direita confiam nos mecanismos do mercado e conseqüentemente defendem menor influência nos gastos sociais. Essa é a premissa central que será testada.

Quanto às ideologias clássicas percebe-se claras distinções no grau de intervenção econômica e social. A segunda diretamente relacionada com o oferecimento de políticas públicas, objeto desse estudo. Importante destacar também a emergência de "novos" temas em tempos recentes e que acabam por serem incorporados a essa dimensão.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Primeiramente, para se verificar a possível associação entre a ideologia partidária dos governadores e vice-governadores com os gastos públicos foi realizado o teste Qui-quadrado. Segue abaixo uma tabela que sintetiza a associação entre a ideologia dos estados e os gastos realizados nos anos de 2012 a 2017.

Quadro 1 – Teste Qui-quadrado

	Ideologia	
	Qui-quadrado	p-valor
Seg. Pública	469,350	,474
Assis. social	480,150	,451
saúde	477,113	,375
Educação	480,150	,451

Urbanização	427,863	,208
Gestao ambiental	319,669	,175

Fonte: dados da pesquisa.

Pelo valor de p-valor, nota-se que todos foram maiores do que 0,05, o que demonstra que os dados não são estatisticamente significativos. Isso se dá quando existe uma relação muito frágil entre os dados ou então que estes se apresentam de forma aleatória. Não há, portanto, associação entre ideologia partidária e os valores gastos nas políticas públicas elencadas, semelhante ao que foi constatado por Bittencourt (2002) e Puchale et. al. (2020).

Verificado que não há associação entre ideologia e gastos, passou-se a comparar se há um padrão de gastos nos dois mandatos (2012-2014; 2015-2017) por meio do teste U de Mann Whitney exposto abaixo.

Quadro 2 – Teste U de Mann Whitney

	Segurança pública	Assistência social	Saúde	Educação	Urbanização	Gestão ambiental
Mann-Whitney U	2708,500	2579,000	3136,000	2724,000	2958,500	3129,000
Wilcoxon W	6029,500	5900,000	6457,000	6045,000	6279,500	6450,000
Z	-1,916	-2,350	-,484	-1,864	-1,079	-,508
Asymp. Sig. (2-tailed)	,055	,019	,628	,062	,281	,612

Fonte: dados da pesquisa.

No que se refere aos gastos em assistência social, o teste apresentou p-valor= 0,019, que é menor do que 0,05 e assim a decisão é por rejeitar a hipótese nula. Portanto, as medianas nos dois períodos são diferentes. Portanto, os gastos medianos em 2012-2014 foram diferentes dos gastos medianos no período 2015-2017. Os demais gastos não apresentaram diferenças significativas nos dois períodos.

Por último, foi realizada regressão para dados em painel, que permite avaliar as mudanças dos gastos ano a ano e levando em consideração tanto a variável ideologia como expectativa de vida, mortalidade infantil, taxa de analfabetismo, desigualdade, renda, taxa de desemprego e taxa de homicídio.

Quadro 3 – Dados em painel

Variáveis independentes	Variáveis dependentes			
	Efeito aleatório (segurança pública)	Efeito aleatório (saúde)	Efeito aleatório (educação)	Efeito aleatório (urbanização)
ED (esquerda-direita)	.0079	.0362*	.0330*	.0116*
D (direita)	.0135	.0258	.0137	-.0020
DE (direita-esquerda)	-.0082	.0305*	.0136	-.0020
S1 (expectativa de vida)	.0123*	.0037	-.0082	-.0027

Variáveis independentes	Variáveis dependentes			
	Efeito aleatório (segurança pública)	Efeito aleatório (saúde)	Efeito aleatório (educação)	Efeito aleatório (urbanização)
S2 (mortalidade infantil)	.0033	.0007	-.0038	-.0001
E2 (taxa de analfabetismo)	.0001	-.0001	.0000	-.0001
As1 (desigualdade)	-.1903	-.0424	.1810	-.0408
As2 (renda)	-.0000*	-.0000	-.0000	-.0000*
As3 (taxa desemprego)	.0019	-.0000	-.0014	.0021*
Seg1 (taxa de homicídio)	.0000	-.0000	-.0000*	.0000
constante	-.7368	-.1216	.8000	.1708
Teste Breusch and Pagan	chibar2(01) = 151.04*	chibar2(01) = 142.86*	chibar2(01) = 37.66*	chibar2(01) = 44.09*

Fonte: dados da pesquisa

** : Significativo a 5%

No quadro acima só aparecem as associações significativas. Como se pode notar, os dados em painel corroboram com o que foi constatado no teste Qui-quadrado, isto é, a pouca influência da ideologia nos gastos públicos estaduais. Talvez, como aponta Kraemer (1997), as políticas de governo não sejam estruturadas pelo viés ideológico. Nesse sentido tanto prefeitos, governadores e presidentes levariam muito mais em conta os efeitos eleitorais das suas ações do que o alinhamento com as suas plataformas e/ou consonância com o ideário dos seus partidos.

Partindo para uma análise mais pormenorizada, em relação aos gastos com segurança pública, estes apresentaram relação positiva significativa com a expectativa de vida: quanto maior a expectativa de vida, maiores os gastos com segurança pública, e negativa com renda. Quanto maior a renda menores são os gastos com segurança pública. Essas duas relações com a área de segurança pública parecem bastante coerentes. Em relação à primeira (segurança pública *versus* expectativa de vida) corrobora-se a relação positiva constada por Fernandes (2018) entre investimentos públicos na área e taxas de homicídios. Os cinco estados que mais receberam repasses do Fundo Nacional de Segurança Pública apresentaram queda na taxa de homicídio. Essa constatação traz à tona uma relação pouco óbvia, mas intrínseca. Atualmente no Brasil, por exemplo, a violência vitima mais pessoas que o câncer, a Aids, as doenças respiratórias, metabólicas e infecciosas. Se constitui na primeira causa de óbito da população de 5 a 49 anos de idade (NJAINÉ; ASSIS; CONSTANTINO, 2013). No que diz respeito à relação entre segurança pública e renda, faz sentido supor que a desigualdade de renda contribui para o aumento da criminalidade como sugerem Resende e Andrade (2011). Desta forma é coerente maior investimento em segurança pública em estados com menor renda per capita.

Os gastos com saúde apresentaram relação positiva significativa com ideologia (direita/esquerda - DE) e (esquerda/direita – ED), o que pouco explica a influência da ideologia, por estarmos falando de diferentes e opostos enquadramentos ideológicos impactando positivamente nos gastos, isto é, vislumbramos uma relação que se dá ao acaso.

Em relação à educação, houve relação positiva com ideologia (esquerda/direita – ED) e negativa com a taxa de homicídios. Nesse caso, quanto maior a taxa de homicídios menores os gastos com educação. Em se tratando de educação, as duas relações são esperadas. Se esperava que a esquerda investisse mais em educação e foi o que ocorreu. Esse dado coaduna com o que foi verificado por Nakaguma e Bender (2006). Ao avaliarem o comportamento fiscal dos estados brasileiros entre 1986 e 2002 constataram que partidos de esquerda tendem a gastar mais em áreas como educação comparado aos partidos de direita. Se demonstra lógica também a relação negativa entre educação e criminalidade. Becker e Kassouf (2017) buscaram analisar se o gasto público em educação pode contribuir para reduzir a taxa de homicídios e se é necessário um período para que esse resultado seja observado. Como esperado averiguaram que investir em educação se demonstra uma política pública de longo prazo para reduzir a criminalidade. Se os gastos com educação aumentarem 10%, a taxa de homicídios diminui 1% no período seguinte.

No que diz respeito à urbanização, os gastos na área apresentaram relação positiva com ideologia (esquerda/direita – ED) o que também seria esperado. Houve também relação positiva com a taxa de desemprego. Também quanto maior a renda e a taxa de homicídios maiores os gastos com urbanização. Não aparentam haver relações coerentes entre urbanização e essas variáveis. Os gastos com assistência social (A) e gestão ambiental (GA) não apresentaram relação significativa com nenhuma variável independente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode verificar, percebe-se que não há uma relação consistente entre ideologia (E/D) e gastos públicos, isto é, partidos de esquerda e de direita tendem a gastar semelhantemente. As exceções são os gastos com educação e urbanização que são maiores nos estados conduzidos por gestores filiados a partidos de esquerda como era de se esperar. Outras variáveis explicam melhor os gastos públicos nos estados brasileiros. Os resultados vão na contramão do que foi constatado por Arvate, Avelino e Lucinda (2008). Levando em consideração tanto o executivo quanto o legislativo, segundo eles existe influência da ideologia partidária na determinação do resultado fiscal dos governos estaduais. Governos classificados ideologicamente como de direita produziram melhores resultados primários, principalmente pelo aumento de receitas. Os achados corroboram com o que foi vislumbrado

por Puchale et. al. (2020) recentemente. Se propuseram a responder: o calendário eleitoral e a ideologia política exercem influência sobre os gastos públicos sociais e de investimento nos estados brasileiros no período de 2003 a 2014? A ideologia partidária não demonstrou ter relação com os gastos analisados. Explicam os resultados partindo do princípio de que o “motor” dos partidos é o desejo de votos. Estando no governo, a melhor estratégia a ser adotada é optar por escolhas apoiadas pela maioria dos eleitores, deixando de lado questões programáticas (DOWNS, 1999).

Outro provável motivo para a pouca influência da ideologia partidária nos gastos públicos é a falta de autonomia do executivo. Por mais que a lei orçamentária e o plano plurianual sejam propostos pelo Executivo, eles são aprovados pelo Legislativo estadual, cabendo a este propor modificações por meio de emendas e, por fim, aprovar. Portanto, essa homogeneidade possivelmente se deva a fatores estruturantes, o que daria um menor grau de autonomia aos agentes políticos no executivo, sobretudo em governos subnacionais.

Se como aponta Scheeffler (2018b) no legislativo a ideologia é um bom preditor do posicionamento político, o mesmo não se pode dizer no executivo e em governos subnacionais, como já foi constado em outros estudos (RODRIGUES, 2010; SCHEEFFLER; FAVERI; SILVA JR., 2020). O componente ideológico aqui fica em segundo plano e se revela com pouco poder explicativo.

Importante frisar que aqui foi utilizado um enfoque quantitativo. Mesmo não havendo um padrão de gasto distinto e significativo entre partidos de esquerda e direita ao conduzir os estados brasileiros, é possível que ajam mudanças qualitativas entre as políticas públicas levadas a cabo pelos diferentes agentes políticos. Dado o delineamento da pesquisa em questão, o objetivo foi analisar diferenças entre os gastos por função. Eventualmente possam haver distinções importantes analisadas as subfunções de forma individualizada.

REFERÊNCIAS

ALT, J. E.; LOWRY, R.C. Divided government, fiscal institutions, and budget deficits: evidence from the states. **The American Political Science Review**, v. 88, n. 4, p. 811-828, 1994.

ARVATE, P. R.; AVELINO, G.; LUCINDA, C. R. Existe influência da ideologia sobre o resultado fiscal dos governos estaduais brasileiros?. **Estud. Econ.**, São Paulo, v. 38, n. 4, p. 789-814, Dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612008000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 mai. 2019.

BECKER, K. L.; KASSOUF, A. L. Uma análise do efeito dos gastos públicos em educação sobre a criminalidade no Brasil. **Econ. soc.**, Campinas, v. 26, n. 1, p. 215-242, Abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182017000100215&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 set. 2020.

BITTENCOURT, J. L. **Evidências de ciclos políticos na economia brasileira**: um teste para a execução orçamentária dos governos estaduais – 1983/2000. Dissertado (Mestrado em Economia) – Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

BOBBIO, N. **Direita e Esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

COSSIO, F. A. B. O comportamento fiscal dos estados brasileiros e seus determinantes políticos. **Revista Economia**, São Paulo, v. 2, p. 207-258, 2001.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P. **Manual de Análise de dados**. Elsevier. Rio de Janeiro, 2017.

FERNANDES, P. H. C. Segurança pública no Brasil: repasses e investimentos públicos e taxas de homicídios. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 19, n. 67, p. 219-233, set/2018. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/39173/24370>> Acesso em: 28 set. 2020.

GIDDENS, A. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 2000.

HAYEK, F. **O caminho da servidão**. Porto Alegre: Globo, 1977.

HEYWOOD, A. **Ideologias políticas**: do liberalismo ao fascismo. São Paulo: Ática, 2010.

HOFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cad. CEDES.**, Campinas, v. 21, n. 55, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000300003&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 08 jan. 2007.

KRAEMER, M. Electoral Budget Cycles in Latin America and Caribbean: Incidence, Causes and Political Futility. **European Journal of Political Economy**, v. 37, 2015, p. 21-36.

MORAES, R. C.. Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-sociedade. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 80, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008000002&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 20 dez. 2006.

NAKAGUMA, M. Y.; BENDER, S. A emenda da reeleição e a lei de responsabilidade fiscal: impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos estados. **Economia aplicada**. São Paulo, v. 10, n. 3, p. 377-397, jul./set. 2016.

NJAINE, K.; ASSIS, S.; CONSTANTINO, P; **Impactos da Violência na Saúde**. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2013.

OLIVEIRA, H. M. J. de. **Cultura política e assistência social**: uma análise das orientações de gestores estaduais. São Paulo: Cortez, 2003.

PUCHALE, C. L.; PEREIRA, O. L. F.; VELOSO, G. O.; FEISTEL, P. R. A influência de ciclos político-econômicos em despesas socioeconômicas dos estados brasileiros de 2003 a 2014. **Política e sociedade**, v. 19, n. 44, 2020, p. 229-256. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2020v19n44p229/43484>> Acesso em: 26 set. 2020.

RESENDE, J. P. de; ANDRADE, M. V. Crime social, castigo social: desigualdade de renda e taxas de criminalidade nos grandes municípios brasileiros. **Estud. Econ.**, São Paulo , v. 41, n. 1, p. 173-195, Mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612011000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 set. 2020.

RODRIGUES, G. **Partidos políticos e gastos públicos em Santa Catarina**: a influência das ideologias partidárias nas decisões de investimentos. 2010. 263f. Tese (Pós-Graduação em Sociologia Política) – Universidade do Estado de Santa Catarina, 2010.

SADER, E. **A nova toupeira**: os caminhos da esquerda latino-americana. São Paulo: Boitempo, 2009.

SCHEEFFER, F. A alocação dos partidos no espectro ideológico a partir da atuação parlamentar. **E-legis**. Brasília, n. 27, set.-dez., 2018a, p. 119-142. Disponível em: <file:///C:/Users/3561208/Downloads/435-2169-1-PB%20.pdf> Acesso em: 17 set. 2019.

_____. **Esquerda e direita hoje**: uma análise das votações da Câmara dos Deputados. Curitiba: Appris, 2018b.

SCHEEFFER, F.; FAVERI, D. B. de; SILVA JUNIOR, E. S. da. A influência das ideologias partidárias nos gastos públicos em assistência social nas capitais brasileiras. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, [S.l.], v. 25, n. 80, fev. 2020. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/78480>>. Acesso em: 29 set. 2020.

SEITZ, H. Fiscal policy, deficits and politics of subnational governments: the case of the German Laender. **Public Choice**, v. 102, n. 3-4, 2000.

SETEMBRINI, D. Social-Democracia. In: In: BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 9. ed., 1997.

TAROUCO, G. da S.; MADEIRA, R. M. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Rev. Sociol. Polit.** Curitiba , v. 21, n. 45, mar. 2013.

_____. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey. **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 24-39, jan.-mar. 2015. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/18077>> Acesso em: 10 abr. 2016.